

**Socinal S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2021.**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2021

Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes e Investidores.

Os administradores da Socinal S.A Crédito, Financiamento e Investimento, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentam as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

1. A Instituição

Senhores acionistas, investidores e colaboradores, neste 1º semestre de 2021 acompanhamos com apreensão o agravamento da pandemia em nosso país e a aceleração do contágio da COVID-19. Por isso, a Socinal adotou postura preventiva e de máxima segurança para a volta dos trabalhos no ambiente interno e podemos afirmar que obtivemos sucesso em nossas ações de prevenção. O ambiente interno e as rotinas foram adaptadas para lidar com o risco de contágio, respeitando regras e protocolos de segurança amplamente divulgados pelas autoridades de saúde e infectologistas. Neste exercício investimos em tecnologia e melhoria de processos internos com a visão voltada para um mercado financeiro em profunda mudança nos sistemas de pagamento, nos processos de atendimento remoto e na oferta de produtos com maior valor agregado em tecnológica financeira. A Socinal e seus administradores agradecem aos colaboradores, clientes e parceiros pelo entendimento, empenho e aderência aos novos procedimentos implantados que visam à segurança das pessoas com o mínimo de impacto operacional na empresa.

- 1- A linha de resultados com serviços, apesar do ano atípico de 2020, reagiu de forma vigorosa e atingiu R\$ 31,5 milhões neste exercício, com crescimento de 383% sobre igual período do ano passado, refletindo a volta da demanda por crédito no sistema e a clara ascendência das fintechs sobre o território cativo dos bancos. A atividade de prestação de serviços de emissão de dívida para fundos, fintechs de crédito e securitizadoras já é uma atividade consolidada na Socinal.
- 2- A carteira de crédito total teve evolução de 34,60% fechando em R\$ 155,5 milhões no semestre. Vale destacar o reposicionamento estratégico adotado pela administração quitando em 100% a carteira de operações ativas vinculadas e reduzindo em 49,97% na linha de crédito pessoal consignado, focando esforços na geração de créditos para linhas de aquisição de imóveis na planta e loteamentos de perfil residencial, procurando explorar um segmento com alta demanda, baixa inadimplência e garantia real.
- 3- Nesse semestre tivemos um fluxo consistente de captações com o mercado demandando títulos indexados ao IPCA, o que é adequado ao nosso portfólio por estar em linha com os índices usados na correção da maioria dos ativos de crédito da carteira. O volume total de recursos captados por meio da emissão de títulos e valores mobiliários apresentou evolução de 33,22%, atingindo R\$ 155,8 milhões.
- 4- O retorno operacional bruto, já incluído as provisões, atingiu R\$ 9,68 milhões com crescimento de 97,23% em relação a igual período do ano passado e um lucro líquido de R\$ 6,76 milhões após impostos com crescimento de 145,41%. Desta forma, desconsiderando as provisões e depreciações, tivemos um retorno operacional anualizado antes de impostos e provisões (ROE) de 61,01% sobre o patrimônio médio do exercício, evidenciando a recuperação das atividades operacionais da companhia a níveis de pré-pandemia.

Esta administração reafirma seu compromisso com o planejamento estratégico definido em conjunto com os acionistas, visando a eficiência tributária, administrativa e operacional da empresa, com foco em ativos mais pulverizados e com menor nível de inadimplência. Neste sentido, continuamos direcionando esforços nas parcerias com as incorporadoras e atuando no fomento do

crédito voltado ao setor imobiliário, bem como nas operações de bancarização e emissão de dívidas, gerando valor por meio da prestação de serviços, sem agregar maior risco de crédito à instituição.

2. Panorama Econômico e segmentação

Esses primeiros seis meses do ano foram marcados por um quadro de pandemia agravado pela elevação do contágio e dos óbitos no país. Do ponto de vista político o cenário também foi conturbado por vários fatos que provocaram choque de relacionamento entre os poderes e a elevação do risco político com consequências diretas na volatilidade dos ativos e do Real frente à moeda americana. A taxa de juros na economia entrou em franca ascensão com o Banco Central escalando a taxa básica para fazer frente à inflação. No ambiente de negócios, os agentes financeiros, bancos e demais instituições tiveram uma recuperação nos seus resultados devido ao crescimento do crédito e aumento das tarifas de serviços em linha com a retomada da economia, já muito represada no ano de 2020, que é movida pelo avanço da vacinação e imunização da população e pela expectativa de reação de todos os setores da atividade econômica. O mercado de crédito esboçou uma reação neste semestre puxado pelo crédito imobiliário e de capital de giro, principalmente nas linhas do governo federal. O Copom apontou para decisões mais duras na política monetária para o segundo semestre, o que aumenta o estado de alerta dos agentes econômicos e investidores e reflete em volatilidade crescente em todos os mercados.

Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria da Socinal atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de seu site na rede mundial de computadores (www.socinal.com.br) e diretamente na sede ou com seus correspondentes. Mantivemos indicadores de baixa demanda por nossos canais de reclamação, mesmo considerando o atendimento aos clientes de correspondentes parceiros, não tivemos crescimento dos índices de atendimento e demanda. A ouvidora da Socinal tem um histórico de todos os casos atendidos e não há relato de ocorrência sem solução formal de inconformidade a Alta Administração como consta no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

3. Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança Corporativa

A Socinal detém uma estrutura de controles internos compatível com seus processos e procedimentos de segurança operacional, de crédito, de controle de liquidez e da segurança da informação. O comitê de Controles Internos avaliou os relatórios de controles internos, o de auditoria interna e externa para o risco operacional, e faz periodicamente os controles eletrônicos e de processos, sempre que demandado, aprovando seu conteúdo e acompanhando as necessidades de ajustes e intervenções visando o controle e a prevenção de riscos.

A Gestão de Riscos se dá através de uma estrutura simples e objetiva onde os integrantes do comitê de controles internos e riscos reúnem-se periodicamente e tempestivamente, deliberando sobre os assuntos pertinentes a normas, procedimentos e ocorrências do risco operacional, de liquidez, de mercado e socioambiental fazendo a avaliação periódica da carteira de crédito e dos principais indicadores de concentração, preços, inadimplência e segmentação, bem como o monitoramento do risco socioambiental em suas operações e interações com fornecedores, parceiros, clientes e colaboradores.

A Socinal conta ainda com diretrizes de Governança Corporativa que, exercidos pelo comitê de controles internos e risco que visa proteger o patrimônio da entidade, incrementar, sugerir e apoiar ações éticas e de boa governança entre todos os participantes diretos e indiretos da instituição, incentivando, facilitando e monitorando práticas de *disclosure* adequado em todos os meios formais de comunicação.

As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br

Agradecemos o apoio de todos os acionistas, colaboradores, clientes, investidores e parceiros.

A Administração.

Araruama/RJ, 24 de agosto de 2021.

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)**

Ativo	Notas explicativas	30/06/2021	30/06/2020
Circulante			
Disponibilidades	3	4.044	1.983
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	26.750	10.700
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		26.750	10.700
Operações de Créditos		19.103	27.399
Setor Privado	5	19.760	28.609
(-) Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa		(657)	(1.210)
Outros Créditos		10.858	9.072
Diversos	6	10.858	9.072
Outros Valores e Bens		4.652	8.358
Ativos não Financ. Mant. p/Venda Recebido	7	4.644	8.358
Despesas Antecipadas		8	-
Total do ativo circulante		65.407	57.512
Não circulante			
Operações de Créditos		130.604	83.264
Setor Privado	5	135.768	86.941
(-)Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa		(5.164)	(3.677)
		130.604	83.264
Imobilizado Líquido	8	2.760	2.880
Total do ativo não circulante		133.364	86.144
Total do ativo		198.771	143.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)**

Passivo	Notas explicativas	30/06/2021	30/06/2020
Circulante			
Depósitos	9.1	601	5.698
Depósitos a Prazo		601	5.698
Recursos e Aceites Cambiais	9.2	10.021	14.079
Recursos e Aceites Cambiais		10.021	14.079
Outras Obrigações	9.3	10.954	6.124
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		1.413	2
Fiscais e Previdenciárias		6.026	4.024
Diversas		3.515	2.098
Total do passivo circulante		21.576	25.901
Não circulante			
Depósitos	9.1	55.970	16.002
Depósitos a Prazo		55.970	16.002
Recursos e Aceites Cambiais	9.2	89.213	81.170
Recursos e Aceites Cambiais		89.213	81.170
Total do passivo não circulante		145.183	97.172
Patrimônio líquido			
Capital social		16.042	16.042
Reservas de lucros		15.970	4.541
Total do patrimônio líquido	11	32.012	20.583
Total do passivo e patrimônio líquido		198.771	143.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares reais)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>01/01 a 30/06/2021</u>	<u>01/01 a 30/06/2020</u>
Receita da Intermediação Financeira		11.939	12.542
Operações de Créditos		11.711	12.390
Resultado de Oper. c/ Títulos e Vlrs. Mobiliários		228	152
Despesas da Intermediação Financeira		(6.747)	(7.586)
Operações de Captação no Mercado		(5.861)	(7.083)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(886)	(503)
Resultado da Intermediação Financeira		5.192	4.956
Outras Receitas/Despesas Operacionais		4.486	(48)
Receitas de Prestação de Serviços	12.1	31.457	6.505
Despesas de Pessoal		(1.037)	(982)
Outras Despesas Administrativas	12.2	(2.153)	(1.898)
Despesas Tributárias		(3.359)	(889)
Outras Receitas Operacionais		21	4
Outras Despesas Operacionais	13	(20.443)	(2.788)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		9.678	4.908
Resultado Não Operacional			
Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.917)	(2.153)
Provisão para Imposto de Renda		(1.819)	(1.341)
Provisão para Contribuição Social		(1.098)	(812)
Lucro líquido do semestre	10	6.761	2.755
Quantidade de ações		9.500	9.500
Resultado por ação		0,712	0,290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	<u>01/01 a</u> <u>30/06/2021</u>	<u>01/01 a</u> <u>30/06/2020</u>
Lucro Líquido do semestre	6.761	2.755
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>6.761</u>	<u>2.755</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a Realizar	Reserva de Lucros		Lucros/Prejuízo Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.021	2.021	(2.021)	159	1.627		15.807
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	2.755	2.755
Integralização de capital em espécie	-	-	2.021	-	-	-	2.021
Aumento de capital	2.021	(2.021)					-
Destinações do lucro:							
Reservas Legal	-	-	-	138	-	(138)	-
Reserva Especial de Lucro	-	-	-	-	2.617	(2.617)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	16.042	-	-	297	4.244	-	20.583
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.042	-	-	529	8.680	-	25.251
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	6.761	6.761
Destinações do lucro:							
Reservas Legal	-	-	-	338	-	(338)	-
Reserva Especial de Lucro	-	-	-	-	6.423	(6.423)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	16.042	-	-	867	15.103	-	32.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais)

	<u>01/01 a</u> <u>30/06/2021</u>	<u>01/01 a</u> <u>30/06/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	6.761	2.755
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Perda na Baixa do Imobilizado	-	11
Depreciação e Amortizações	75	90
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	368	60
Lucro líquido ajustado	7.204	2.916
Variações nas contas do Ativo e do Passivo		
Redução (aumento) de Operações de Crédito	(35.458)	22.781
Aumento (redução) em Outros Créditos	(2.994)	1.959
Aumento (redução) em Outros Valores e Bens	2.033	(3.394)
Aumento (redução) em Depósitos a prazo	39.013	(40.025)
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissões de títulos	(4.411)	11.306
Aumento (redução) em Outras Obrigações	7.586	(33)
	5.769	(7.406)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	12.973	(4.490)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(16)	(24)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(16)	(24)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de Capital	-	2.021
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	-	2.021
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	12.957	(2.493)
Demonstração do aumento nas disponibilidades		
Saldo de caixa e equivalentes-caixa no início do semestre	17.837	15.176
Saldo de caixa e equivalentes-caixa no final do semestre	30.794	12.683
Varição	12.957	(2.493)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado outra forma)

1- Contexto Operacional

A **Socinal S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento**, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), é uma instituição financeira de capital fechado e vem operando como instituição de crédito, financiamento e investimento desde abril/2009. A Socinal tem foco no segmento de prestação de serviço para plataformas de crédito *online* (*fintechs*) e Fundos de direitos creditórios no modelo BaaS – *banking as a service* e participa como originador e cedente de créditos ofertados nestas plataformas especializadas. A carteira proprietária está composta por empréstimos pessoais para aquisição de lotes e casas residenciais, capital de giro para pequenas e médias empresas e na aquisição de direitos créditos descontados oriundos de vendas parceladas de empreendimentos a performarem parceria com empresas de incorporação e de empreendimentos imobiliários em nossa região de atuação. A captação de recursos é feita por intermédio da emissão de Certificado de depósitos a prazo e Letras de câmbio por meio de plataforma online própria ou por corretoras de valores de expressiva idoneidade e penetração no mercado de investimentos.

2- Apresentação das Demonstrações Financeiras e descrição das principais práticas contábeis.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável. Foram parcialmente adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional.

Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2021, foram elaboradas conforme os pronunciamentos homologados pelo BACEN e de acordo instruções específicas do BACEN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição em 24/08/2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Resolução BCB Nº 2 de 12 de agosto de 2020 alterou, a partir de 01.01.2021, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução, a Instituição passou a apresentar como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Desta forma, a Socinal na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
- Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do Valor Justo

(a) Apuração do resultado

A Socinal apura o seu resultado pelo regime contábil de competência, ajustando o mesmo com a apuração do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável do período.

(b) Caixa

O Caixa é representado pelas disponibilidades em depósitos bancários, utilizado diariamente mediante necessidade da Sociedade. **(Nota 3)**

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registram-se aqui os investimentos dos recursos aplicados no mercado interbancário de curto prazo com liquidez diária (CDI's). O saldo apresentado é o somatório do valor presente de cada investimento, calculado “*pro rata die*” pelos respectivos indexadores e taxas de juros. **(Nota 4)**

(d) Operações de Crédito

A carteira é composta por produtos de Crédito Pessoal – Consignado em Folha e Crédito Pessoal – 10,16%, Empréstimos Pessoais, para aquisição de imóveis - 0,39%, Capital de Giro – 11,44% e Direitos Creditórios – 78,01%. Desse total, 3,74% estão provisionados como créditos de liquidação duvidosa. Todas as operações de crédito possuem classificação de risco definida e normatizada dentro das premissas estabelecidas pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional – CMN e são regidas por uma política de crédito aprovada e editada pela administração, levando-se em consideração: os limites operacionais legais, as condições microeconômicas e setoriais do devedor, sua situação econômico-financeira e os riscos específicos de cada operação; suas garantias e seus garantidores. A classificação das operações vencidas segue estritamente os critérios definidos no artigo 4º da mesma Resolução. **(Nota 5)**.

(e) Outros Créditos

Referem-se ao saldo de adiantamento a funcionários, devedores diversos – países, impostos e contribuições a compensar. **(Nota 6)**

(f) Outros Valores e Bens

Valores relativos à realização de garantias, na forma de dação de pagamento, advindas de baixa de financiamentos imobiliários com a respectiva retomada dos imóveis, para posterior realização. A Sociedade vem conduzindo a formalização adequada para esses processos, ao abrigo da Circular BACEN nº 1273. Esses imóveis foram submetidos a avaliação de profissionais por meio de contratação de empresa especializada. **(Nota 7)**

(g) Imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método de cálculo linear, com base na taxa anual de 10% para instalações e móveis e equipamentos de uso, e de 20% para os sistemas de processamento de dados e de transporte. **(Nota 8)**

(h) Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos, considerando nestes os encargos incorridos com base em cálculo “*pro rata die*”, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, e/ou atualização por correção monetária, quando aplicável. Incluídos neste contexto os saldos das contas Depósitos a Prazo, Recursos de Aceites Cambiais, Empréstimos no País – Outras Instituições e Outras Obrigações. **(Nota 9)**

(i) Imposto de Renda, Contribuição Social e demais Tributos.

No 1º semestre de 2021 e no 1º semestre de 2020 foram constituídas as provisões para o imposto de renda à alíquota-base de 15% do resultado tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240 mil no exercício, e a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado foi constituída à alíquota de 15%, conforme Regulamento do Imposto de Renda e atualizações.

<u>Tributos</u>	<u>Alíquota</u>
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%

A Lei nº 12.973 de 13/05/2014, trouxe a adaptação da Receita Federal do Brasil às regras do Imposto de Renda e da Contribuição Social para as empresas do Lucro Real e Lucro Presumido, segundo as novas práticas contábeis brasileiras introduzidas pelas Leis nº11.638/07 e 11.941/09, que tornaram obrigatórios os padrões internacionais de contabilidade do IFRS para todas as empresas do País.

As novas regras entraram em vigor a partir de 01/01/2015, não optando a Sociedade pela adoção antecipada no ano-calendário de 2014, por não se enquadrar em nenhum benefício fiscal. A Sociedade não prevê impactos significativos dos efeitos da nova legislação sobre as suas demonstrações contábeis, mantendo a neutralidade tributária estabelecida pelo Regime Tributário de Transição (RTT). **(Nota 10)**

3- Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Disponibilidades	4.044	1.983
Disponibilidade em moeda nacional	4.044	1.983

4- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Demonstrada como segue:

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Banco Bradesco	5.750	3.500
Banco Daycoval	7.000	700
Banco ABC	7.000	3.500
Big Pactual	7.000	-
Banco Santander	-	3.000
Total	26.750	10.700

Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam elevada liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo.

5- Operações de Crédito

Demonstrativos da distribuição das carteiras de créditos por setor e atividade econômica, composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e operações lançadas para prejuízo.

ATIVIDADE ECONOMICA	VENCIDA	ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <	Jun-2021	Jun-2020
SETOR PRIVADO	975	5.045	14.049	31.478	25.172	61.850	16.959	155.528	115.550
INDUSTRIA								-	10
COMÉRCIO		191	389	672	536	1.386		3.174	3.566
OUTROS SERVICOS	48	403	1.121	2.615	2.164	3.971	299	10.621	11.552
PESSOA FÍSICA	927	4.451	12.539	28.191	22.472	56.493	16.660	141.733	100.422
TOTAL	975	5.045	14.049	31.478	25.172	61.850	16.959	155.528	115.550
Ativo Circulante								19.760	28.609
Ativo Não Circulante								135.768	86.941

POR TIPO DE PESSOA

A VENCER

TIPO DE PESSOA	VENCIDA	ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <	Jun-2021	Jun-2020
PJ	48	594	1.510	3.287	2.700	5.357	299	13.795	15.128
PF	927	4.451	12.539	28.191	22.472	56.493	16.660	141.733	100.422
TOTAL	975	5.045	14.049	31.478	25.172	61.850	16.959	155.528	115.550

POR REGIÃO

REGIÃO	Jun-2021	Jun-2020
NORTE	-	
NORDESTE	-	
CENTRO-OESTE	-	
SUL	-	
SUDESTE	155.528	115.550
TOTAL	155.528	115.550

POR PRODUTO

CARTEIRAS	Jun-2021	Jun-2020
CONSIGNADO/CRÉDITO PESSOAL	15.798	31.578
EMPRÉSTIMOS OPERAÇÕES ATIVA VINCULADAS	-	15.296
FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO	610	851
CAP. DE GIRO/TÍT. DESCONTADOS	17.798	23.622
DIREIROS CREDITÓRIOS	121.322	44.203
TOTAL	155.528	115.550

RISCO	PROVISÃO	Jun 2021		Jun 2020	
		Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
AA	0%				
A	0,50%	112.211	561	65.985	330
B	1,00%	19.083	191	22.727	227
C	3,00%	11.510	345	16.802	504
D	10,00%	2.693	269	3.435	344
E	30,00%	7.252	2.176	2.867	860
F	50,00%	881	441	1.962	981
G	70,00%	200	140	436	305
H	100,00%	1.698	1.698	1.336	1.336
TOTAL		155.528	5.821	115.550	4.887
Ativo Circulante		19.760	657	28.609	1.210
Ativo Não Circulante		135.768	5.164	86.941	3.667

OPERAÇÕES LANÇADAS PARA PREJUÍZO

SALDO 1º SEM 2020	14.773
BAIXAS PARA PREJUÍZO	31
RENEGOCIADAS	12.335
RECUPERADAS	1.011
SALDO FIM 1º SEM 2021	1.458

6- Outros Créditos

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
¹ Adiantamento e Antecipações Salariais	419	411
² Impostos e Contribuições a Compensar	4.211	1.430
³ Devedores Diversos – País	8	211
⁴ Títulos e Créditos a receber	6.220	7.020
Total	10.858	9.072

¹ Saldo de distribuição de lucro no mês de encerramento do semestre.

² Representada por impostos e contribuições antecipadas para compensação futura.

³ Representado por valores a receber de repasses dos órgãos públicos referentes a operações de crédito consignado.

⁴ Saldo de valores a receber representados por títulos de crédito, que não se caracterizem como operações de crédito.

7- Ativos não Financeiros Mantidos para Venda Recebido

Em 30 de Junho 2021, estão assim demonstrados:

Natureza	Saldo 30/06/2021	Saldo 30/06/2020
Imóveis	4.644	8.358

Corresponde a bens imóveis disponíveis para venda, ajustados a valor de mercado, recebidos de clientes da Sociedade em dação em pagamento e não utilizados no desempenho da atividade social.

8- Imobilizado

O ativo fixo da Sociedade está assim composto:

Conta	Saldo 30/06/2021	Saldo 30/06/2020
Edificações	3.129	3.165
Móveis e equipamentos de uso	218	197
Sistema de processamento de dados	241	227
(-) Depreciação acumulada	(828)	(709)
Total	2.760	2.880

9- Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Os valores registrados nos subgrupos estão representados nas rubricas abaixo descritas.

9.1 Depósitos a Prazo

	30/06/2021	30/06/2020
RDB - Recibo de Depósito Bancário	56.571	21.700
Total	56.571	21.700
Passivo circulante	601	5.698
Passivo não circulante	55.970	16.002
Total	56.571	21.700

9.2 Letras de Câmbio

	30/06/2021	30/06/2020
LC - Recurso de Aceite Cambial	99.234	95.249
Total	99.234	95.249
Passivo circulante	10.021	14.079
Passivo não circulante	89.213	81.170
Total	99.234	95.249

9.3 Outras Obrigações

	30/06/2021	30/06/2020
(i) Cobrança e Arrecadações Tributárias	1.413	2
(ii) Fiscais e Previdenciárias:	6.026	4.024
IRPJ a recolher	3.090	2.155
CSL a recolher	1.727	1.154
Impostos e contrib. s/serviços de terceiros	488	49
Impostos e contrib. s/salários	54	133
Outros	664	533
(iii) Diversas (a)	3.515	2.098
Total (i+ii+iii)	10.954	6.124

(a) Valores referentes à provisão de férias, repasses e outras obrigações.

10- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Cálculo IRPJ e CSLL		30/06/2021	30/06/2020
7.0.0.00.000 - Receitas	(+)	43.417	19.049
8.0.0.00.000 - Despesas	(-)	(33.739)	(14.143)
Resultado antes da Tributação sobre o lucro e das participações societárias		9.678	4.906
6.1.5.80.30 - Juros sobre o capital próprio		-	-
Adições	(+)	886	503
Exclusões	(-)	-	-
Lucro Antes da Compensação do Prejuízo		10.564	5.409
Crédito Baixado como Prejuízo (2017 a 2019)		(3.240)	-
Saldo Prejuízo Fiscal		(3.240)	-
Base Tributável (Lucro Real após Compensação do Prejuízo)		7.324	5.409
I.R.	15%	1.098	811
I.R. Adicional	10%	721	529
IRPJ Devido		1.819	1.340
CSLL Devida	15%	1.098	811
Lucro do Semestre		6.761	2.755

11- Patrimônio Líquido

Capital Social: totalmente subscrito e integralizado é de R\$ **16.042.105,26** (dezesesseis milhões, quarenta e dois mil, cento e cinco reais e vinte e seis centavos), representado por 12.700.000 (doze milhões e setecentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre/exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucros ou (Prejuízos) acumulados: Registra o saldo remanescente dos lucros (ou prejuízos), após as reversões, ajustes e destinações. Ocorrendo resultado do semestre/exercício negativo, este será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Juros sobre capital próprio/Dividendos: Conforme o artigo 20 do estatuto, os lucros líquidos terão a destinação que lhes for determinada pela Diretoria, observando o disposto na Lei 6.401/76. Os juros sobre o capital próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio a título de remuneração aos acionistas. O pagamento dos juros sobre o capital próprio deve ser reconhecido a partir do momento que seja declarado ou proposto e assim configure obrigação presente na data do balanço e registrado em conta específica no Patrimônio Líquido.

O Patrimônio Líquido está assim apresentado:

	30/06/2021	30/06/2020
Patrimônio Líquido	32.012	20.583
Capital Social	16.042	16.042
Reservas de Lucro	15.970	4.541
Reserva Legal	868	296
Reserva Especial de Lucro	15.102	4.245

12- Demonstração dos Resultados

12.1 - Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Receitas de Prestação de Serviços	31.457	6.505

Receitas de serviços com tarifa de confecção de ficha cadastral e comissão na originação de créditos resultantes de parcerias operacionais firmadas com empresas correspondentes captadoras de crédito no mercado online e para fundos de direitos creditórios.

12.2 - Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Despesa de Água, Energia e Gás	30	24
Despesa de Aluguéis	13	21
Despesa de Comunicação	36	31
Despesa de Manutenção e Conservação	2	20
Despesa de Material	36	9
Despesa de Processamento de Dados	885	746
Desp. Propaganda e Publicidade / Rel. Públicas	38	38
Despesa de Serviços do Sistema Financeiro	146	89
Despesa de Serviços de Terceiros	75	30
Despesa de Serviços de Vigilância e Segurança	1	1
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	662	699
Despesa com Viagens	5	15
Outras Despesas Administrativas	148	84
Despesa de Depreciação	76	91
Total	2.153	1.898

Composto significativamente por despesas com Processamento de Dados devido Locação do Ambiente Nuvem e novos sistemas operacionais, Consultoria Jurídica, Financeira e despesa de Serviço do Sistema Financeiro devido ao crescimento operacional na área de serviços e na de intermediação financeira.

13- Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Outras Despesas Operacionais	20.443	2.788

Despesas relativas a serviços prestados por correspondentes bancários na captação de créditos e de títulos e valores mobiliários.

14- Basiléia

Limites Operacionais

Adequação ao novo acordo de capitais (Basiléia III)

A Sociedade cumpre o disposto pelo Conselho Monetário Nacional, por meio das Resoluções 4.192 e 4.193 e os demais conjuntos de normativos que regulam e definem as novas regras que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. O aumento da quantidade e qualidade do capital regulamentar mantido por instituições financeiras visa a reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

14.1 - INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

		MÊS 06/2021
Conta	Descrição	Saldo
1100	Patrimônio De Referência (PRS5)	32.012
1101	Patrimônio De Referência para o Limite de Basileia (PRS5_LB)	32.012
1102	Patrimônio De Referência para o Limite de Imobilização (PRS5_LI)	32.012
1110.01	Capital Social	16.042
1150	LIMITE PARA IMOBILIZAÇÃO (LI)	16.006
1160	VALOR DA SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	2.760
1310	DISPONIBILIDADES	809
1320	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	13.375
1350	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	112.280
1370	OUTROS DIREITOS	10.858
1380	OUTROS VALORES E BENS	4.652
1390	PERMANENTE	2.760
1395	CRÉDITOS A LIBERAR	15
1700	VALOR DO RWARCSIMP (RISCO DE CRÉDITO)	144.750
1800	VALOR DO RWAOSIMP (RISCO OPERACIONAL)	10.989
1950	MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	7.872
1960	VALOR DA MARGEM OU INSUFICIÊNCIA	13.246
2000	RWAS5 (ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO)	155.739
2010	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA (15,5%)	24.139

ÍNDICE DE BASILÉIA	20,55%
--------------------	---------------

CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO DE PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA OPTANTES PELO RPS

RESOLUÇÃO 4.606/2017

MÊS/ANO	Junho de 2021	
CONTA	NOME DA CONTA	VALOR DA CONTA
1101	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PRS5_LB)	32.012
2000	RWAS5	155.739
2010	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	24.139
1950	MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	7.872

ÍNDICE DE BASILÉIA >>	20,55%
-----------------------	---------------

14.2 – LIMITE DE BASILÉIAE SEGMENTAÇÃO

A Resolução 4.606 de 19 de outubro de 2017 do CMN, implantou nova metodologia de apuração do RWArps (*Risk WeightAsset*) dos ativos ponderado pelo risco no modelo simplificado e requerimento mínimo de Patrimônio de Referência para instituições enquadradas no segmento S5 de instituições não bancárias de crédito (art. 2º, item II). A Socinal solicitou e foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em agosto/2019 a migração de sua segmentação de S4 para S5, passando está a se enquadrar nas regras e limites para este segmento.

O requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12º da Resolução 4.606 é de 17% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWArps) da instituição. Conforme art. 1º da Resolução 4.813 de 30/04/2020, por motivos de excepcionalidade nas condições de mercado, o limite mínimo foi reduzido para 15% até abril de 2021 e de 15,5% que vigora até outubro de 2021.

Gerenciamento de risco

A Socinal, enquadrada no segmento S5 (Resolução 4.553/2017) faz sua gestão integrada de riscos em conformidade com a Resolução 4.557/2017 em seu art. 3º, sendo (i) compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição; (ii) proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; e (iii) adequada ao perfil de riscos da instituição. É resultado do esforço constante de modernização dos processos integrados há ações de controle sistêmicos e gerenciais, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, de liquidez, operacional e adequação de capital aos negócios da sociedade, mantendo-os dentro dos limites legais e prudenciais de mercado. A área de gestão de riscos está subordinada ao comitê de controles internos da Sociedade (CCI) constituído pela diretoria executiva e acionistas que analisam e deliberam anualmente ou a qualquer momento de forma tempestiva, se for o caso, as ocorrências e os relatórios circunstanciados produzidos pela área de controle internos e risco que está segregada das áreas operacionais e de negócios de empresa visando a independência de atuação e conflito de interesses.

I - Risco de Mercado – A Socinal utiliza de políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado, com limites operacionais e de exposição definidos em normativos específicos e aprovados pelo comitê de controles internos e risco, dentro de critérios aceitáveis e compatíveis com a estrutura patrimonial da Sociedade, controlados e gerenciados periodicamente pela área de *compliance* e risco. Seus ativos de crédito são classificados na carteira de não negociação bancárias em expectativa de negociação e seus passivos são remunerados a taxas pré-fixadas ou atrelados à variação do CDI (certificado de depósito interbancário). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado previsto no art. 25º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

II - Risco de Crédito - As ações que norteiam as políticas de risco de crédito baseiam-se em regras de concessão, limites operacionais, controles sistêmicos, critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, “*credit score*” e níveis de inadimplência e taxas de retorno. Adota-se a prática de constituição de provisões para perdas de crédito para cada operação considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. Todas as operações são classificadas por alçada e submetidas ao comitê de crédito respectivo para avaliação qualitativa e quantitativa, levando em conta os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, da operação e do grupo econômico. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto no art. 21º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br.

III - Risco de Liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa administrar e prover a solvência da Sociedade estabelecendo os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto no art. 37º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

IV - Risco Operacional – A gestão do Risco Operacional é de grande relevância dentro da Sociedade devido aos inúmeros processos manuais e de controle advindos de diversas linhas de produtos e serviços oferecidos em seu portfólio. A melhoria dos controles e internos e o treinamento e suporte às áreas de negócio tem permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e conseqüentemente na redução do comprometimento do capital. Quanto à segurança da informação a Sociedade conta com processos adequados e compatíveis com seu porte no tocante a geração e guarda de *backups* e documentação de suas operações. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional previsto no art. 32 da Resolução nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

V - Risco de capital – A Socinal estabeleceu suas diretrizes e regras para a estrutura e o gerenciamento do capital com base no art. 39 da Resolução CMN nº 4.557/2018. Todo o processo visa: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela Sociedade; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Sociedade está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e mantendo uma postura proativa, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. As operações realizadas pela Sociedade se caracterizam como “*banking*” e sua tesouraria está dedicada à remuneração do capital próprio e a prestação de serviços aos clientes. Tais operações não são realizadas com intenção de negociação ou de *hedge* das referidas posições, portanto, não se enquadram no conceito de Carteira de Negociação nos termos da definição do Banco Central do Brasil – BACEN. O gerenciamento de risco das operações da Socinal é realizado por meio de políticas internas e de seus comitês de controle internos (CCI) e comitê Executivo de Negócios (CEN), que com base nos normativos (NP’s) monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos operacionais, de mercado, liquidez e crédito. Para tal se utiliza de: 1- Modelo proprietário de orçamento e fluxo de caixa, provisões e indicadores de performance; e modelo proprietário de acompanhamento de risco de mercado e precificação das carteiras ativas e passivas a preços de mercado, viabilidade de cenários e teste de estresse definidos na Circular Bacen 3365/07 e usados para mensurar o risco da variabilidade das taxas de juros. As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br.

VI - Risco Socioambiental – Atendendo às disposições da Resolução CMN nº 4.327, de 25/04/2014 a qual dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental, a Socinal aprovou em julho de 2015 sua política de gestão do risco socioambiental e adotou o critério de atuar com responsabilidade social e agir de maneira ética e transparente em todas as suas esferas e, através de seu negócio contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. A política aprovada, a estrutura e a gestão destes riscos estão detalhadas em nosso site www.socinal.com.br em normativos internos. Os controles internos e os relatórios anuais estão disponíveis aos auditores externos e ao Banco Central do Brasil.

15- Outros Assuntos

A Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao Covid-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais e da OMS. A Instituição vem adotando medidas de prevenção para preservar a segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como a manutenção da operação.

DIRETORIA

Ângela Maria Martins da Silva
Jorge Lage Campos
Vanessa Pires Antunes

CONTADOR

ContabControl
V.P. Antunes Consultoria Empresarial Eireli ME
CRC RJ: 006087/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2021.



TJS – Auditoria & Consultoria Empresarial
CRCMG – 007153/O-0

Silvio Sebastião da Silva
Contador CRCMG 044996/O-4